JOSÉ GOMES JARDIM NETO

**A Taxa Judiciária e a Autonomia Financeira
do Poder Judiciário**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Luís Eduardo Schoueri

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2020

JOSÉ GOMES JARDIM NETO

**A Taxa Judiciária e a Autonomia Financeira
do Poder Judiciário**

Tese de Doutorado, apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Titular Dr. Luís Eduardo Schoueri

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

JARDIM NETO, JOSÉ GOMES

A Taxa Judiciária e a Autonomia Financeira do
Poder Judiciário ; JOSÉ GOMES JARDIM NETO ;
orientador Luís Eduardo Schoueri -- São Paulo, 2020.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Direito Econômico, Financeiro e Tributário) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Custas Judiciais. 2. Acesso à Justiça. 3.
Taxa Judiciária. 4. Autonomia Financeira. 5. Poder
Judiciário. I. Schoueri, Luís Eduardo, orient. II.
Título.

*Aos meus pais, à minha querida Lorena, e
aos tão esperados novos integrantes de
nossa família, que ela agora carrega cheia
de amor.*

Agradecimentos

É um grande privilégio conviver com o Professor Luís Eduardo Schoueri. Ele é o que se espera de um verdadeiro Professor a representar a Academia, sempre interessado em criar, ouvir e difundir algumas das mais interessantes teorias do Direito e esse convívio é sempre inspiração para dedicarmo-nos sempre e doarmos nosso tempo a melhorar a nossa Sociedade. O seu acompanhamento sério e suas considerações, ademais, foram muito relevantes para que este trabalho se concretizasse.

Minha querida esposa merece agradecimento especial por suportar a minha ausência. Meus familiares também entenderam as ausências de última hora.

A meu amigo e colega de concurso Felipe Viaro, muito obrigado por me fornecer alguns dados e documentos fundamentais à análise da taxa judiciária.

O brilhante advogado Lucas Custódio e o promissor estagiário Matheus Sellito ajudaram muito na revisão e ajustes de última hora.

Meu grande amigo e a pessoa mais bem informada que conheço, George Nozima, ajudou muito na discussão de minhas questões. Também da área jurídica e membros da mesma confraria, portanto, às vezes embalados pelos mesmos vinhos, Daniel Bellan, Mauro Faustino e Eduardo Pellegrinelli, não me pouparam ajuda quando lhes foi ou não pedido.

Agradeço ainda às minhas estagiárias Yea e Bia, cuja ajuda na pesquisa foi bastante importante, bem como a todas as pessoas, estagiários e assistentes, que passaram pela minha equipe no Fórum. Ainda a compõem atualmente Alina e Lívia, com compreensão suficiente para entender minha fase.

A lista de pessoas a agradecer é grande e inevitavelmente faltarão linhas, para não dizer, indelicadamente, mas de forma mais sincera, que a minha memória me trairá e me tornará ingrato.

Muito obrigado, de coração.

RESUMO

A taxa judiciária é um tributo pouco estudado face ao tamanho de sua importância. Pertencente ao gênero taxa, apresenta-se como subespécie especialíssima por conta da afetação de sua receita a um dos Poderes da República. A forma de sua instituição e a dinâmica de sua arrecadação influencia diretamente o exercício de objetivos constitucionais. Prestação devida em razão do exercício de poder/função/atividade jurisdicional pelo Estado, pode determinar maior ou menor acesso à Justiça e influenciar diretamente na extensão da garantia constitucional da autonomia financeira do Poder Judiciário. Apesar da crucial importância, há pouca uniformidade nas muitas taxas judiciárias criadas no país. No caso da Jurisdição, há 27 entes, além da União Federal com competência para tal. De outro lado, os limites postos pela jurisprudência não são suficientes para evitar que os valores de custas iniciais possam variar significativamente segundo o foro e o local em que se propõe uma ação. Essa variação pode resultar em diferentes graus de acesso ao Poder Judiciário nos diversos Estados da Federação, por vezes representando óbice à realização da Justiça e, em outras situações, verdadeiro incentivo a demandas desnecessárias, temerárias ou meramente protelatórias. Na outra ponta, a arrecadação da taxa judiciária é de suma importância à garantia da autonomia do Poder Judiciário, especialmente após o advento do § 2º do art. 98 da Constituição Federal, que vincula a ele a sua destinação, a partir da Reforma do Poder Judiciário, procedida há quinze anos. A partir desses elementos, pretende-se responder às seguintes questões: há limites para fixação do valor da taxa judiciária? Existem patamares máximos? Pode ser cogitada a existência de patamares mínimos?

ABSTRACT

The Brazilian court fee is a tax that can be said little-studied in view of its importance. It is a peculiar fee due to the direct allocation of its revenue to one of the Republic's Powers. The dynamics of its collection directly influences the exercise of one of constitutional objectives. Since it is due because of judicial functions exercised by State, it can determine greater or lesser access to justice and directly influence the extent of the constitutional guarantee of the Judiciary's financial autonomy. Despite the crucial importance, there is little uniformity across the nation. In part, this occurs because it is a sort of fee, whose institution competence is linked to that defined to the entity providing the respective service. There are 27 States, in addition to the Federal Union, entitled to establish it. On the other hand, the limits set by jurisprudence are not enough to prevent its amount of initial costs from varying incredibly according to State where an action is proposed. This variation may result in distinct degrees of access to the Judiciary in the country, sometimes representing an obstacle to justice or a real incentive to unnecessary, reckless or merely postponing defenses. Moreover, the collection of court fees is truly important to the guarantee of the Judiciary's autonomy, especially after the advent of the Federal Constitution's § 2 of art. 98, which binds it to its allocation, provided fifteen years ago. From these elements, it is intended to answer the following questions: are there limits for setting the value of the court fee? Are there maximum levels? Can the existence of minimum levels be considered?

Sumário

RESUMO	6
ABSTRACT	7
OBJETO DA PRESENTE TESE	12
TERMINOLOGIA	14
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
CAPÍTULO PRIMEIRO: A NATUREZA ESPECIALÍSSIMA DA TAXA JUDICIÁRIA	27
1.1. Espécies tributárias	27
1.1.1. A taxa como espécie pertencente ao gênero tributos vinculados	31
1.2. A diferença da taxa relativamente aos impostos nas nossas Constituições e evolução da jurisprudência	34
1.3. A taxa e o preço público	37
1.3.1. A linha da inexistência de espaço ao preço para remunerar serviços públicos	39
1.3.2. A opção legislativa	41
1.3.3. A taxa derivada do poder de império do Estado	42
1.3.4. A vontade livre como fator de discrímen	43
1.3.5. A taxa como prestação necessariamente compulsória	46
1.3.5.1. A construção da Súmula 545 do STF	46
1.4. Existe o melhor critério?	50
1.5. A taxa judiciária enquanto tributo	51
1.5.1. A pacificação da matéria no Supremo Tribunal Federal e suas decorrências	55
1.6. A Taxa Judiciária é devida pela prestação de um serviço?	60
1.7. A natureza especialíssima da taxa judiciária na Constituição Federal	62

1.7.1. A competência concorrente para legislar sobre custas	64
1.7.2. As imunidades constitucionais à taxa judiciária.....	65
1.7.3. A afetação constitucional do produto das custas e emolumentos....	66
1.8. Síntese do Capítulo Primeiro.....	69
CAPÍTULO SEGUNDO: O ASPECTO QUANTITATIVO DA TAXA	
JUDICIÁRIA.....	72
2.1. Tributos vinculados e não vinculados e categorias essenciais de arrecadação	72
2.2. A sujeição passiva às taxas relacionada também ao princípio da igualdade e da capacidade contributiva	79
2.2.1. A prestação jurisdicional e a possibilidade de financiamento pela Sociedade	83
2.2.2. A prestação jurisdicional e as razões para o seu financiamento por taxa	88
2.2.2.1. O exemplo austro-germânico	91
2.2.3. Quem dá causa à ação judicial? O princípio da causalidade ou do “perdedor pagador”	94
2.2.4. Contribuinte de direito e contribuinte de fato da taxa judiciária	99
2.3. O Aspecto quantitativo da taxa.....	101
2.4. A teoria da equivalência e sua adoção pelo Supremo Tribunal Federal	105
2.5. Outros objetivos possíveis na fixação da base de cálculo das taxas.	110
2.6. A base de cálculo a partir da equivalência – como calcular o custo de cada ato processual ou procedimento?.....	112
2.6.1. O custo total do Poder Judiciário para o Erário: o custo de todos os processos judiciais	112
2.6.2. O custo em relação aos processos novos ou resolvidos.....	114

2.6.3. A ideia de custo marginal e a importância do conjunto de demandas para cada litigante	115
2.7. O custo marginal social	118
2.8. O valor da causa como critério de rateio justo face ao princípio da equivalência	120
2.9. O Custo da gratuidade	122
2.10. Síntese do Capítulo Segundo	124
TERCEIRO CAPÍTULO – os efeitos indutores da taxa judiciária: entre a garantia do Acesso à Justiça e a excessiva judicialização não desejada pelo sistema.....	128
3.1. Por que a taxa judiciária é norma tributária com efeitos indutores? ...	129
3.2. Aspectos do Acesso à Justiça	131
3.3. Barreiras à universalidade de acesso	135
3.3.2. Dimensão objetiva.....	138
3.4. O controle de constitucionalidade do aumento do valor das taxas	138
3.4.3. A experiência espanhola: da cobrança da taxa à completa gratuidade; da gratuidade à reinstauração da cobrança e a volta ao sistema de Justiça quase gratuito por efeito de decisão judicial.....	140
3.4.4. O caso inglês da reforma das taxas judiciárias trabalhistas	144
3.4.5. A decisão do STF quanto à taxa judiciária baiana frente às experiências espanhola e inglesa	147
3.5. A transferência de custos do processo para a Sociedade como incentivo à judicialização ilegítima ou indesejada e desincentivo a soluções não judiciais	148
3.5.1. A judicialização ilegítima e a gratuidade dos Juizados Especiais....	154
3.6. O efeito indutor da taxa judiciária e os métodos alternativos à Jurisdição estatal	158
3.6.1. “Der Staat hat nichts zu verschenken”	160
3.7. Síntese do Capítulo Terceiro	162

QUARTO CAPÍTULO - A AUTONOMIA FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO E A TAXA JUDICIÁRIA	164
4.1. A República Federativa do Brasil	165
4.2. Os Poderes da União	169
4.3. A intangibilidade do Federalismo e da Tripartição de Poderes e seu alcance no Brasil	174
4.4. A separação dos poderes e a independência do Poder Judiciário	176
4.4.1. Poder Judiciário e as garantias de independência institucional no Brasil	182
4.4.2. A autonomia dos “Poderes Judiciários” para a organização judiciária e o exercício da função administrativa	184
4.4.2.1. A criação do Conselho Nacional de Justiça e a limitação do âmbito de liberdade dos Tribunais na esfera administrativa e financeira	186
4.5. A Autonomia Financeira do Poder Judiciário	188
4.6. A autonomia financeira e a destinação da taxa judiciária	192
4.7. A questão: os limites legislativos de uniformização da taxa judiciária	196
4.7.1. A efetiva disparidade do valor devido de custas nos diversos Estados da Federação e a iniciativa para normas gerais uniformizadoras	197
4.7.2. A necessidade de lei complementar	201
4.7.3 Limites de alíquotas	202
Síntese do Capítulo Quarto	204
CONCLUSÕES.....	208

OBJETO DA PRESENTE TESE

Esta tese sustenta que a garantia do acesso à Justiça, a autonomia financeira do Poder Judiciário, dentro do contexto da Separação dos Poderes, bem como o Pacto Federativo estabelecem bases e limites ao legislador complementar na unificação da taxa judiciária em todo o país.

A taxa judiciária é uma exação que se pode dizer pouco estudada face ao tamanho de sua importância. Se é relevante fonte de custeio do Poder Judiciário, por outro lado, está diretamente ligada à garantia de acesso à Justiça.

A fixação de sua natureza jurídica se revela fundamental para a fixação de alguns de seus limites, já que eles não são os mesmos para cada uma das espécies de tributos. Mas vale ressaltar, ainda, que há doutrina classificando-a como preço público¹, o que a definiria com cores ainda mais diferentes.

A forma de sua instituição e a dinâmica de sua arrecadação influenciam diretamente no exercício de objetivos constitucionais e isso se reflete em características que a tornam única. Com efeito, se classificada como taxa, é possível vislumbrar, por exemplo, a única imunidade específica para essa espécie de tributo no inc. LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.²

De outra parte, a exação se põe também a única taxa (ou preço público) cuja destinação é expressamente reservada a um Poder da República, por disposição expressa do § 2º do art. 98 da Constituição.³

Essa destinação constitucional e a relação direta com a autonomia do Poder Judiciário origina outros limites e vetores ao legislador, para além daqueles ligados à natureza da exação e do acesso à Justiça, que também se pretendem aqui ilustrar.

¹ Nesse sentido. Bernardo Ribeiro de Moraes, *Doutrina e Prática das Taxas* (São Paulo: Quartier Latin, 2007), 141.

² “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”

³ “§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.”

Ademais, tendo em vista a existência de um Poder Judiciário em cada Estado da Federação, outros limites podem ser postos às leis complementares, face ao Pacto Federativo.

É o que se pretende comprovar.

TERMINOLOGIA

Para os fins desta obra, toda referência a **custos** do processo judicial abrangerá tanto custos incorridos diretamente ou com a intermediação do Poder Judiciário, tais quais a taxa judiciária, outras taxas referentes a atos específicos, despesas com a produção de provas e honorários de perito, mas também custos com advogados, especialmente honorários advocatícios e as despesas incorridas diretamente por eles, ainda que para ações ou atos praticados independentemente do registro nos autos.

A expressão **despesas**, se referente ao processo, abrangerá toda espécie de despesas incorridas e diretamente registradas nos autos do processo judicial, excluídos os honorários de sucumbência. Como descrito no art. 84 do Código de Processo Civil, as despesas abrangem “as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha.” Somam-se a essa descrição os valores pagos como honorários periciais.

Custas judiciais é expressão aqui utilizada para descrever todas as despesas pagas diretamente ao Poder Judiciário, incluindo a taxa judiciária e as custas judiciais *stricto sensu*.

A **taxa judiciária** aqui será a espécie do gênero custas judiciais, incluindo-se a parcela devida ao Poder Judiciário exclusivamente pelo exercício do direito de ação ou interposição de recurso, não ligada a um ato específico, mas à prestação da atividade fim envolvida no serviço jurisdicional.

Custas judiciais stricto sensu ou **outras custas judiciais** referem-se às demais despesas ou taxas devidas ao Poder Judiciário, tais qual a taxa de desarquivamento de autos ou o porte de remessa e retorno.

Quanto ao estabelecimento da expressão “custas judiciais” como gênero e taxa judiciária e custas judiciais *stricto sensu* como espécie, é preciso que se ressalve outra possibilidade: chegando-se à conclusão de que as custas judiciais são de natureza tributária, poder-se-iam incluir as custas judiciais como uma espécie de “taxa judiciária”, na qual se incluiriam estas e a “taxa judiciária stricto sensu”. Essa definição estaria mais de acordo com a Constituição anterior, pois a Emenda Constitucional nº 7/77 incluiu a expressão “taxa judiciária, custas e emolumentos” na alínea c do inc. XVII do art. 8º do texto constitucional. Entretanto, como a Constituição atual se refere a “custas judiciais” (inc. LXXIII do art. 5º),

“custas dos serviços forenses” (inc. IV do art. 24), “custas” (inc. II do art. 95 e § 2º do art. 98) e “custas processuais” (alínea *a* do inc. II do § 5º do art. 128), sem referência a “taxa judiciária”, pareceu mais correta a divisão ora procedida.

Encontrou-se, ademais, decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal exatamente neste sentido, afirmando-se no voto que resulta do inc. IV do art. 24 da Constituição Federal que a expressão “custas judiciais” ali presente é empregada em sentido amplo, para alcançar tanto a taxa judiciária, quanto as custas judiciais em sentido estrito.⁴

A referência a **honorários advocatícios** diz respeito àqueles devidos pela parte junto ao seu patrono, contratualmente, em regra sem intermediação do Poder Judiciário⁵, bem como a referência a **honorários *ad exitum***, esta considerada como espécie daquele. Já **honorários de sucumbência** se referem à parcela devida pelo vencido ou pelo vencedor considerado culpado pela demanda (princípio da causalidade), podendo ser considerados como um tipo especial de despesa.

Abaixo segue quadro para melhor visualização de como se enquadram tais conceitos nesta obra:

⁴ STF, "Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento 309.883/SP, Relator Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 14/05/2002," (2002), <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=45145>.

⁵ Eventualmente alguma jurisdição pode ter uma ligação do Poder Judiciário com o pagamento de honorários, razão da ressalva.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É formidável observar de quantos pontos de vista podemos enxergar a multiplicidade de direitos e deveres que nós, seres humanos, entendemos nos vincularem: da Religião, da Moral pura, do Direito etc. De qualquer lugar que se parta, porém, nada garante que todos os indivíduos estejam ajustados e bem acomodados sobre o que obriga a cada um.

Se estamos no âmbito do Direito e não da Religião ou da Moral pura, é frequentemente aceito que a norma que obriga a uma conduta geralmente seja coercitiva⁶, normalmente por meio do estabelecimento de uma consequência (sanção) para quem a descumpre, que pode ser uma pena, a condenação à obrigação de indenizar, entre outras decorrências. Também não é esperado que o indivíduo que privilegia o próprio bem-estar vá sempre, espontaneamente, observar e cumprir a sanção já determinada por um órgão público.

Pôr em ação tal consequência exige um custo, que passará pela movimentação da máquina pública, o que pode envolver a Administração, agências reguladoras, entre outros órgãos e, por vezes obrigatoriamente e em outras como último julgador da correção de sua aplicação, o Poder Judiciário.

É primeiramente neste âmbito que se põe a taxa judiciária nos diversos sistemas. Independentemente da natureza que se atribua a ela, é uma fonte de custeio do Poder Público, normalmente específica do serviço jurisdicional, e frequentemente destinada a fazer frente diretamente a despesas que se têm com a resolução de conflitos.

A necessidade de um órgão destinado a interpretar e aplicar o Direito deriva da natureza humana antes ilustrada, sobre a impossibilidade de acordo sobre o que nos obriga. Ademais, ainda que se possa conceber (em teoria) uma nação em que todos estejam de acordo com o Direito posto em termos abstratos e possível vislumbrar que todos os cidadãos o interpretassem da mesma forma, a paz não seria imediatamente atingida, porque

⁶ Sobre o Direito como ordem coercitiva, ver Hart, no texto original de 1966; sobre a extensão da importância dessa análise é interessante ler o pós-escrito da edição de 1994 (Herbert L. A. Hart, *O Conceito de Direito*, trad. A. Ribeiro Mendes (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007), 26-31 e 300-06.)

isso não resulta que o cumprimento dos deveres e fruição de direitos se dará conforme previamente estabelecido, com comportamentos totalmente esperados e previsíveis. Talvez isso possa ser observado em uma comunidade de abelhas ou de formigas, mas não entre seres humanos. Assim, não se tem notícia de nação moderna que não possua um órgão judiciário.

Diferente é a situação de como se dá o custeio da Jurisdição. Ver-se-á ao longo da presente tese que há nações em que o Poder Judiciário é custeado integralmente pelas custas judiciais, outros em que esse custeio é parcial e, ainda, nações em que o serviço jurisdicional é prestado de forma quase gratuita⁷ aos cidadãos. Em cada um dos casos, ademais, são muito diferentes as formas como isso se apresenta. Ou seja, ser o serviço jurisdicional custeado pelas partes, parcial ou integralmente, ou pago pelo restante da Sociedade, pela arrecadação geral de impostos, é uma escolha que se dá de modo bastante diverso em cada nação.

Na nossa Constituição, é um exercício interessante notar o número de direitos que se oferece como Direitos ao cidadão e aqueles que se preveem obrigatoriamente como gratuitos. Após todos os direitos individuais e garantias respectivas no art. 5º, o art. 6º prevê o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, garantidas ainda a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

No Título VIII (Ordem Social) da Constituição especificam-se de forma pormenorizada o direito à saúde, à previdência social, à assistência social, à educação, à cultura e ao desporto. O direito à alimentação foi recentemente introduzido (Emenda Constitucional 64 de 2010) após ter sido regulamentado na esfera legal pela Lei 11.346/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, outorgando obrigações à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.⁸ Ao transporte coletivo foi dado o caráter de serviço público essencial no art. 30, tendo sido garantida aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade. A moradia teve, no restante do texto, a sua regulamentação restringida à definição da competência comum dos entes federativos, a hipóteses de usucapião e desapropriação de área para fim de habitação popular. O lazer também não foi

⁷ Como se verá, este é o caso da França e da Suécia.

⁸ Brasil, "Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 - cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN," (2006). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

muito especificado, dispondo-se que caberá ao Poder Público o seu incentivo no § 3º do art. 217. Já a proteção à infância e à maternidade, conjuntamente com a família, a adolescência e a velhice tiveram todo um capítulo dedicado.⁹

Expressamente previsto como gratuito e universal é o direito à saúde. Porém, não há médicos suficientes; o atendimento não é bom; os leitos não bastam; os medicamentos faltam. Isso parece relacionado com o fato de que 30% dos brasileiros optam por um plano de saúde particular (aqueles que têm meios para tanto), apesar da garantia constitucional.¹⁰ Também ligado ao sistema público de saúde, o saneamento básico está ainda longe da universalidade. Segundo dados do IBGE, apenas 66,3% dos domicílios brasileiros têm acesso à rede geral de esgoto ou mesmo fossa ligada à rede para escoamento.¹¹

Outro serviço em que a gratuidade é expressa é a educação, mas o quadro igualmente não é promissor. Possivelmente, o fato de ser a aprovação nas Universidades Públicas – em regra bem avaliadas, mas limitadas em vagas – aparentemente mais fácil ao aluno da rede privada é uma das razões pelas quais 18,5% dos estudantes brasileiros da rede básica pagam para ter acesso ao estudo, matriculados em escolas privadas.¹²

A segurança pública, outro direito básico e ligado diretamente com a própria teoria clássica do contrato social, é objeto diário na preocupação do brasileiro. Ela custa muito caro ao Estado. São Paulo, que foi o Estado¹³ com menos despesas com segurança pública em relação ao total arrecadado em 2018, utilizou 5,4% com essa despesa. O Rio de Janeiro gastou 15,5%.¹⁴ Note-se que, embora não seja expressamente gratuita, esbarra no limite do inc. II do art. 145 da Constituição, ou seja, por ser serviço geral e indivisível não admite a remuneração mediante taxa.¹⁵

⁹ Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal.

¹⁰ SPC and CNDL, "70% dos brasileiros não possuem plano de saúde particular, mostram SPC Brasil e CNDL," 2019, no. 2 de nov (2018), <http://site.cndl.org.br/70-dos-brasileiros-nao-possuem-plano-de-saude-particular-mostram-spc-brasil-e-cndl/>.

¹¹ PNAD Contínua: abastecimento de água aumenta no Centro-Oeste em 2018, mas se mantém abaixo do patamar de 2016, (2019).

¹² *Sinopse Estatística da Educação Básica*, INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

¹³ Excetuando-se o Distrito Federal.

¹⁴ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (São Paulo, 2018), <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>.

¹⁵ Nesse sentido a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.942/PA, em que se declarou inconstitucional a previsão de cobrança de taxa por serviço ou atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo (STF,

Outros direitos não têm expressa previsão de gratuidade, mas estão longe de ser plenamente atingidos. Não se pretende que as moradias sejam gratuitas, mas estudo da FGV/ABRAINCO estimou em 7,7 milhões o seu déficit em 2017.¹⁶

O transporte coletivo é, nas médias e grandes cidades, efetivamente oferecido e evolui, com o aumento da malha de transporte especialmente sobre trilhos em grandes conglomerados urbanos, mas também parece muito longe do ideal. É cobrada tarifa, mas frequentemente esta é subsidiada pelo Poder Público, como na cidade de São Paulo. Em meados dos anos 2000, iniciou-se um movimento pela gratuidade do transporte, que culminou em relevantes manifestações no ano de 2013 em São Paulo, capitaneada pelo denominado Movimento Passe Livre.^{17 18}

Todos esses direitos – gratuitos ou não – demandam recursos públicos. Mais do que o uso eficiente, criativo e, principalmente, responsável, do dinheiro público, é fundamental o volume de dinheiro empregado e a demanda de serviços públicos.

Com um montante menor de recursos, a divisão inteligente e eficaz de sua destinação se torna fundamental.

É preciso saber o caminho que se toma quando se decide em um país, por exemplo, que o transporte público seja ainda mais subsidiado ou passe a ser gratuito. De onde virão os recursos? De um aumento de alíquota ou de um redirecionamento de valores que importarão uma prestação ainda mais deficiente ou até mesmo suspensão de outro serviço público? Ainda que se afirme que maior eficiência em outros serviços públicos resultará em mais sobra de recursos, é preciso escolher se esta será destinada para o mesmo serviço (*e.g.* melhorar a prestação do serviço de saúde tornado mais eficiente) ou utilizá-la

"ADI 1942, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 18/12/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-027 DIVULG 12-02-2016 PUBLIC 15-02-2016," (1995).)

¹⁶ *Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos*, Fundação Getúlio Vargas / Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (17 de out de 2018 2018), <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>.

¹⁷ As manifestações foram amplamente noticiadas pela mídia. Ver, por exemplo, Marcelo Mora e Julia Basso Viana, "Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP," *Globo.com* 2013, <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>.

¹⁸ Segundo consta da página eletrônica do Movimento Passe Livre, "O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis" (acessado em 31 de dezembro, 2019, <https://www.mpl.org.br/>).

para tornar outro serviço gratuito ou subsidiado. Ou seja, a escolha da destinação dos recursos não é afastada pela prestação de um serviço com maior eficiência.

A própria escolha constitucional de se oferecer saúde e educação completamente gratuitas tem enorme consequência para a Sociedade, não só como benefício, mas também como exigência de esforço financeiro. Se esta gratuidade, no entanto, já está prevista expressamente na Constituição Federal, a escolha por oferecer gratuitamente ou subsidiar um serviço que antes era custeado pelos usuários demanda uma decisão política que, necessariamente, resultará em menor valor disponível para outras áreas.

De outra parte, não parece correto entender pela falta de limites na escolha discricionária (conveniência e oportunidade), mesmo que legislativa, por um serviço público prestado gratuitamente ou de forma subsidiada, pois isso importa o esforço comum de todos os cidadãos. É preciso que esta decisão se legitime por uma escolha consciente da Sociedade, de forma direta ou por meio de seus representantes, e que esteja em absoluta consonância com os princípios e regras constitucionais, ainda que programáticas.

Assevera-se que a real diferença entre um serviço público gratuito e outro remunerado não está numa verdadeira gratuidade, mas em quem pagará o seu custo: se o usuário específico (caso da taxa), todo o conjunto de cidadãos (caso dos impostos) ou mesmo uma classe de potenciais beneficiários diretos ou indiretos (caso de contribuições profissionais e de melhoria). Neste último caso, o custeio do serviço pelo caixa geral importará o correspondente prejuízo de qualidade de outros serviços, que terão menos recursos à disposição.

Essa ideia é bem representada pela curva de possibilidades de produção, “que mostra a combinação de conjuntos de commodities disponíveis para a Sociedade, dados os insumos produtivos e o estado da tecnologia.”¹⁹ Como se extrai da explicação de Rosen e Gayer, se insumos são usados de forma eficiente, o aumento na produção de um diminui o de outro.²⁰

Traduzindo para o presente tema, se a prestação jurisdicional se dá com os recursos do caixa geral do orçamento, para cada processo produzido há um medicamento a

¹⁹ Harvey S. Rosen e Ted Gayer, *Finanças Públicas*, trad. Rodrigo Dubal, 10ª ed. (Porto Alegre: AMGH, 2015), 40.

²⁰ Rosen e Gayer, *Finanças Públicas*, 40.

menos oferecido ou uma vaga em sala de aula a menos. A relação pode não ser direta ou matemática, mas evidentemente o valor não reembolsado ao Estado pela parte é tirado do Erário e a ele voltará, para que outros processos sejam custeados, por meio de impostos. Não há como fugir dessa escolha num sistema em que há recursos limitados, senão estabelecendo-se a cobrança pela prestação jurisdicional daqueles diretamente beneficiados com ela.

Nesse contexto, importa destacar que o **acesso à Justiça** encontra-se entre os direitos individuais previstos em cláusulas pétreas no art. 5º da nossa Constituição e a prestação jurisdicional é inafastável do próprio Estado de Direito, mas não há nela indicativo de que este serviço deva ser custeado pela Sociedade. Pelo contrário, quando o inc. LXXIV do referido art. 5º estabelece a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, pressupõe-se que os demais não a terão.

Assim, mesmo que seja inegável ser o acesso à Justiça um pilar inafastável da sustentação da república democrática, não há no nosso sistema (nem, como se verá, na maioria dos sistemas estrangeiros) a previsão de que a Jurisdição deva ser exercida pelo Estado de forma gratuita.

Isso se dá, em primeiro lugar, porque, como bem destacado pelo Professor Cândido Rangel Dinamarco, “o processo custa dinheiro” e seria “ingênuo utopia de sonhadores visionários a aspiração de um sistema processual inteiramente solidário e coexistencial, realizado de modo altruísta por membros da comunidade e sem custos para quem quer que fosse.”²¹ Afinal, os custos do processo derivam principalmente do trabalho dos profissionais envolvidos, que têm na atividade jurídica ou jurisdicional a sua profissão, tais quais advogados, juízes, servidores, promotores de justiça, defensores públicos, peritos. De fato, não somente os honorários de advogados e peritos são remuneração por serviço prestado por pessoas naturais (aqui diretamente), mas também em torno de 90% do custo do Poder Judiciário se referem a remuneração dos recursos humanos.²²

²¹ Cândido Rangel Dinamarco, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. II (São Paulo: Malheiros, 2017), 742.

²² Conselho Nacional de Justiça, *Justiça em Números 2019* (Brasília, 2019), p. 34, https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/contendo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf.

Uma segunda razão para que haja a cobrança de uma taxa pela prestação jurisdicional é o fato de que há beneficiários específicos de sua existência, as partes que podem demandar ou se defender em juízo.

Em terceiro lugar e principalmente – e aqui há uma diferença em relação à maioria das demais taxas –, há um segundo momento em que o usuário do serviço (e contribuinte de direito da exação) pode às vezes reaver o valor “adiantado” ao Estado, porque, com o resultado da demanda, é possível intuir, numa outra fase, sobre aquele “culpado” por sua existência.

Note-se que há diferença entre aquele que dá razão ao serviço (autor, contribuinte de direito) e “culpado” pela existência da demanda (pode ser o autor ou réu, então contribuinte de fato). A figura da culpa e responsabilidade normalmente está ligada a uma penalidade, não a um tributo. Mas a taxa judiciária tem essa característica de transmitir o ônus econômico de um tributo àquele que possui uma culpa, ainda que no sentido comum da palavra.²³

Pode se vislumbrar possível, portanto, observar o custeio do processo não como um ônus infeliz atribuído aos demandantes, mas como uma obrigação destes face ao restante da Sociedade. Esta lhes oportuniza a solução dos conflitos pacificamente por meio do Poder Judiciário, mas não parece adequado, num quadro em que direitos constitucionalmente gratuitos são prestados de forma precária, que assumam completamente o preço do litígio. Afinal, se a sua resolução também vem em benefício de todos, é, em cada caso concreto, uma solução para as partes, transferindo-se o ônus ao culpado pela existência da demanda.

Aliás, não apenas os direitos que importam atuação positiva da Administração, ou seja, que demandam uma ação estatal prévia e individual, implicam alto custo. Todo o aparato constitucional que temos em nosso art. 5º, com a garantia das liberdades individuais, que importam o cumprimento de deveres negativos pelo Estado,

²³ Vale destacar que as três razões acima não seriam suficientes para a cobrança de uma taxa se nosso constituinte tivesse optado por estabelecer uma Jurisdição gratuita. Com efeito, os serviços de saúde e de educação também custam muito e são prestados de forma específica ao usuário que lhe dá causa, mas nem por isso há cobrança de taxas; pelo contrário, entende-se que isso é vedado expressamente na Constituição Federal. Por outro lado, a França é uma nação que claramente optou por essa via em seu ordenamento.

demandará um custo considerável. Sem o dispêndio correspondente, de nada valerá a previsão abstrata de toda e qualquer liberdade.

Com efeito, se tomarmos como exemplo “[o] direito à propriedade privada, que é um elemento importante da liberdade, nada significa quando você não dispõe de recursos para proteger o que é seu e a polícia não existe.”²⁴

Tóquio foi anunciada como a grande cidade mais segura do mundo por relatório da revista *The Economist* e ainda assim foram destacados problemas que a cidade tem (embora mais amenos que na grande maioria das outras cidades) com corrupção e crime organizado.²⁵

Por outro lado, o Japão arrecada aos cofres públicos o valor *per capita* anual de aproximadamente U\$ 11.760, enquanto o Brasil arrecada aproximadamente U\$ 3.340. Em outras palavras, é um país que custa, por cabeça, a cada um de seus habitantes, em média quase quatro vezes mais em valores absolutos do que o Brasil custa aos seus.²⁶

O quanto se gasta *per capita* em valores absolutos para garantir os direitos de um cidadão parece ser um fator central na qualidade dos serviços públicos e, conseqüentemente, reflete-se na segurança jurídica que se pode esperar em relação à fruição dos direitos estabelecidos na constituição ou lei de cada país.

Um outro exemplo interessante é a Suíça. Também com carga tributária inferior à brasileira (28,5%, contra 34% do PIB), arrecada, todavia, aproximadamente U\$ 23.025 por cabeça, ou seja, quase sete vezes mais que o valor médio pago por cidadão brasileiro. A Noruega arrecada, com carga tributária pouco maior que a brasileira, mais de U\$ 29 mil por cabeça.²⁷

Nesse contexto, se arrecadamos tão pouco, por que pagamos, por meio de impostos, 90% do custo do Poder Judiciário em São Paulo, em vez de atribuir esse custo

²⁴ Stephen Holmes e Cass R. Sunstein, *O Custo dos Direitos: por que a liberdade depende dos impostos*, trad. Marcelo Brandão Cipolla, 1ª ed. (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019), n.p. (Edição Kindle, posição 189).

²⁵ *Safe Cities Index 2019 whitepaper - Safe Cities 2019*, *The Economist* (2019-08-16 2019), <https://safecities.economist.com/safe-cities-index-2019/>.

²⁶ Os dados foram obtidos a partir da multiplicação da carga tributária disponíveis nos estudos da OECD pela renda *per capita* de cada país disponível no Google. "Tax - OECD," OECD, 2019, acessado em 28 de nov., 2019, <https://www.oecd.org/tax/>.

²⁷ Os dados foram obtidos a partir da multiplicação da carga tributária disponíveis nos estudos da OECD pela renda *per capita* de cada país disponível no Google. OECD, "Tax - OECD."

principalmente ao culpado pela demanda? A falta de discussão mais aprofundada sobre as bases jurídicas da taxa judiciária parece ser uma dessas razões.

A ideia mais ou menos difundida de que ela é um custo do autor faz parte dessa ausência de meditação sobre o assunto. Sim, ela pode ser um custo ao autor da demanda, em termos de fluxo de caixa, mas ela deveria ser considerada um custo do perdedor da causa.

Também não há muito aprofundamento na questão da formação dos custos do processo. Quanto custa um processo e quanto custa um processo adicional (custo marginal)? Embora não seja objeto deste trabalho chegar a conclusões sobre tais pontos, porquanto não se ambiciona um trabalho de finanças públicas, levantar algumas ideias nessa seara pode ajudar a desmistificar preconceitos difundidos em relação ao custo de um processo.

De outra parte, também parece serem menos discutidos do que merecem os efeitos indutores da taxa judiciária. Um valor excessivamente reduzido de custos do processo ou a sua ausência (incluem-se nos custos também honorários e outras despesas) pode ser um efetivo incentivo a demandas temerárias ou à não solução de conflitos fora da estrutura cara, mas financiada majoritariamente por outros cidadãos alheios ao conflito, representada pelo Poder Judiciário.

No Brasil, a característica federativa torna a questão das custas judiciais ainda mais complexa, pois cada um dos Estados pode legislar livremente sobre as custas judiciais, gerando-se múltiplos sistemas diferentes com alíquotas, bases de cálculo e aspectos materiais diversos.

Nesse contexto, pelo menos desde 2010²⁸ o Conselho Nacional de Justiça vem empreendendo esforços para apresentar projeto de lei que traga mais uniformidade na cobrança de custas no país, o que resultou em um texto preliminar de anteprojeto de lei em 15 de outubro de 2012.²⁹

²⁸ Conselho Nacional de Justiça, "Portaria Nº 232 de 20/12/2010. Institui grupo de trabalho para elaborar estudos e apresentar propostas de medidas relativas ao regime de cobrança de custas no Poder Judiciário.," (Brasília, 2010). <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/246>.

²⁹ Conselho Nacional de Justiça, "Parâmetros para cobrança de custos e despesas pessoais (CNJ) - Procedimento de Comissão nº 0000788-24.2012.2.00.0000 (Relator Conselheiro Jeferson Kravchychyn),"

Recentemente foi criado novo grupo de trabalho no âmbito do órgão, tendo sido determinado pelo seu Presidente, Ministro Dias Toffoli, a instituição de Grupo de Trabalho “destinado a diagnosticar, avaliar e propor políticas judiciárias e propostas de melhorias aos regimes de custas, taxas e despesas judiciais.”³⁰

O primeiro diagnóstico desse novo grupo de trabalho, em suas considerações finais, destacou não haver uniformidade na cobrança de custas judiciais nos diversos Estados da Federação, o que deriva, como bem apontado no estudo, da autonomia dos Estados. O mesmo diagnóstico disse serem necessárias formas de nortear a cobrança de custas na Justiça Estadual, discutirem-se o valor de custas recursais e, ainda, investigar a assistência judiciária gratuita e seus efeitos tanto no acesso à Justiça quanto na judicialização.³¹

Se, de um lado, é elogiável o esforço agora feito para que se dê mais uniformidade nas regras de cobrança de custas no Brasil, isso também pode esbarrar em limites que nossa Constituição Federal impõe, baseados estes em importantes objetivos.

Em primeiro lugar, a garantia da autonomia financeira do Poder Judiciário, explícita em nossa Constituição no *caput* de seu art. 99, parece ser algo que pode limitar a atuação do legislador complementar nesse âmbito. Parece contribuir também nesse sentido a destinação obrigatória da arrecadação das custas judiciais ao Poder Judiciário, prevista no § 2º do art. 98 da Constituição Federal. Não se pode esquecer que tal autonomia se insere no âmbito da independência entre os Poderes da República, tema tão caro à nossa Constituição que foi posto como cláusula pétrea.

Essa preocupação com a independência entre os Poderes, será possível ver, não se põe na mesma graduação em outros países, como será visto no capítulo respectivo. Na Suécia, como será visto, há até relações muito mais entrelaçadas entre o Poder Judiciário e os demais poderes, até mesmo com consultas prévias sobre leis a serem emitidas.

RDA - Revista de Direito Administrativo 269 (maio/ago. 2015 2010), <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/57606>.

³⁰ Conselho Nacional de Justiça (Presidência), "Portaria Nº 71 de 09/05/2019. Institui Grupo de Trabalho para diagnosticar, avaliar e propor ao Conselho Nacional de Justiça políticas judiciárias e propostas de melhoria aos regimes de custas, taxas e despesas judiciais.," (Brasília, 2019). <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/246>.

³¹ Conselho Nacional de Justiça, *Diagnóstico das Custas Processuais Praticadas nos Tribunais*, Conselho Nacional de Justiça (Brasília, 2019), https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/11/relatorio_custas_processuais2019.pdf.

De outro lado, temos o Pacto Federativo, outra cláusula pétrea que pode limitar uma lei que venha a regulamentar excessivamente a instituição de tributos pelos Estados.

As razões pelas quais em nosso sistema garante-se tais questões de forma tão intensa podem ser muitas, valendo lembrar um passado não democrático ainda recente. Mas disso parecem derivar limites muito mais estritos ao legislador, inclusive ao complementar.

Ademais, é possível que disso, somados a outros dispositivos constitucionais também se extraia um vetor no sentido de o Poder Judiciário buscar o seu custeio, sempre que possível, de seus usuários diretos, em vez de ter de esperar uma destinação orçamentária mais complicada em termos políticos e que poderia sujeita-lo, em tese, a submissão, ainda que financeira, a outro Poder.

É do que se passa a tratar.

CONCLUSÕES

A taxa judiciária é uma das exações mais especiais e interessantes do Direito Tributário. Enquadrada entre as taxas, remunera um serviço público, mas que também pode ser classificado como exercício de um Poder. Há várias referências a ela na Constituição Federal, diferentemente de outras taxas, cuja previsão estará normalmente em leis ordinárias. A sua importância é muito grande porque, ao mesmo tempo, relaciona-se com o princípio do Acesso à Justiça e, na outra ponta, com a autonomia do Poder Judiciário. É possível vislumbrar quatro imunidades constitucionais expressas a abranger as custas judiciais, uma delas de natureza objetiva, uma de natureza subjetiva e outra de natureza complexa. Por expressa disposição do § 2º do art. 98 da Constituição, custas judiciais e emolumentos devem ser necessariamente destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça. A disposição, relativamente recente (2004), transmite característica única às taxas cobradas em razão da atividade jurisdicional e aos emolumentos, só encontrada, ao menos expressamente na Constituição, em outras espécies de tributos. Tal predicado é singular porque no CTN é irrelevante a destinação para a classificação da espécie tributária.

A igualdade e a capacidade contributiva recomendam que despesas de serviços específicos e divisíveis prestados à parte definida e destacada de contribuintes sejam por eles remuneradas, sob pena de serem inequitativamente beneficiados em relação aos demais cidadãos. Embora se possa dizer recomendável que o serviço jurisdicional seja efetivamente cobrado das partes, especialmente em uma nação que ainda não tem capacidade financeira de oferecer direitos sociais como saúde e educação em níveis de boa qualidade, não se pode dizer que isso seja obrigatório. A Suécia e a França são nações que optaram pela jurisdição gratuita e existem também boas razões para que ela se dê.

Todavia, escolhida a Jurisdição remunerada, o princípio da equivalência das taxas impõe que o seu valor não exceda o custo geral que o Estado tem para prestar o serviço. Isso se dá principalmente porque a igualdade da tributação exige que a categoria especial dos contribuintes que recolhe a taxa judiciária sustente o seu custo, mas nada além disso. Assim como a igualdade e a capacidade contributiva induzem à remuneração da Jurisdição por taxa, os mesmos princípios determinam que os contribuintes a ela sujeitos não estejam a

contribuir para as despesas gerais remuneradas por impostos em parcela maior que a estrutura de tributos não vinculados deles exige.

Não é preciso que o critério de rateio de custos da taxa judiciária seja calculado a partir de uma conta específica que determine o custo individual relativo de cada processo judicial, a ser compensado com o quanto for adiantado pela parte autora, mas é necessário que seja justo, elegendo uma categoria essencial de acordo com a sua finalidade, que é não apenas custear a jurisdição, mas também pô-la de acordo com o tamanho da causa pela cobrança do tributo. Se a Jurisdição é criada para eliminar as “inseguranças jurídicas” de cada processo, pode-se quantificá-las a partir do valor de cada causa. Com efeito, a soma do valor de cada causa dá o tamanho financeiro do “conjunto de insegurança jurídica” por elas criado. Nesse contexto, o rateio do custo total do Estado com a Jurisdição a partir da porcentagem do valor da insegurança jurídica é justo, valendo destacar que o Supremo Tribunal Federal já sedimentou esse entendimento.

Uma vez seguida essa linha, é preciso lembrar que o custo da gratuidade assegurada pelo princípio do acesso à justiça deve ser suportado a partir dos impostos. Não é esse um custo gerado pela causalidade das partes, mas, sim, da solidariedade social.

A taxa judiciária possui efeito indutor, já que os custos do processo são fator de escolha pela judicialização. Até mesmo a escolha pela Jurisdição pública ou privada (arbitragem) com isso também pode se relacionar – especialmente quando ela não se dá por cláusula prévia. O efeito indutor desse tributo, entretanto, não é necessariamente visado pela norma, ou seja, não é necessariamente uma intervenção por indução, podendo afastar de maneira involuntária do poder judiciário situações de injustiça ou insegurança jurídica de forma não pretendida pelo sistema.

Nesse contexto, o acesso à Justiça é a garantia constitucional que vai conduzir o controle do excesso de custos de uma demanda em prejuízo do cidadão.

Na sua aplicação mais tradicional, o princípio do acesso à Justiça garante àqueles com insuficiência de recursos a possibilidade da demanda e a assistência jurídica integral e gratuita. Para além dessa aplicação, existe o efeito de impedir que mesmo aqueles que tenham a suficiência de recursos não se vejam obstados a acessar o Judiciário se necessário à resolução de litígios. O critério de rateio de custas segundo uma proporção sobre o valor da causa também é, entre as possibilidades de divisão dos custos, o que melhor atende

ao princípio do acesso à Justiça, pois evita que os custos de uma demanda impeçam a propositura de uma ação de valor muito baixo.

A outra face do efeito indutor da taxa judiciária é incentivar ou desincentivar a judicialização. Se, impensado, pode significar um obstáculo inadmissível de acesso à Justiça, racionalmente dirigido poderia impedir a judicialização ilegítima, que por vezes não tem como ser caracterizada como proibida e, noutras, nem sequer transcende esta fronteira, mas é, em todo caso, indesejada no sistema por aumentar a insegurança jurídica geral e prejudicar cidadãos individualmente.

Nesse sentido, contrapõe-se ao princípio da igualdade e da capacidade contributiva que os Juizados Especiais permitam a grandes litigantes a isenção de custas quando sucumbem como réus na primeira instância. Pelo contrário, recomendaria o princípio da igualdade que as custas desses litigantes fossem similares ao custo individualizado, o que levaria a uma percentagem maior sobre o valor da causa.

Há duas grandes autonomias de cada Poder Judiciário no Brasil. A primeira deriva do próprio sistema federativo, devendo se destacar que cada Estado pode criar a própria estrutura judiciária, mesmo que fiscalizada pelo Conselho Nacional de Justiça, capaz de determinar diretrizes gerais de controle a serem seguidas nos diversos Estados.

A segunda é fundada na separação dos poderes e na necessidade de se garantir a independência do Poder Judiciário face aos demais. Dentro desta última, a autonomia financeira é base central de sua independência, sem o que o Poder Judiciário não tem capacidade de decisão na esfera administrativa. De outra parte, a insuficiência de recursos pode ser obstáculo às decisões na própria esfera jurisdicional.

Tanto a separação dos Poderes quanto a autonomia do Poder Judiciário podem ser fronteiras ao poder regulamentar geral de custas disposto no inc. IV do art. 24 da Constituição Federal, atribuído à União.

Esse poder somente pode ser exercido por meio de lei complementar, por força do inc. II do art. 146 do texto constitucional. Contudo, nota-se que ao longo dele todas as limitações de alíquota de tributos estaduais ou municipais que se darão por norma geral ou estão nele dispostas ou são expressamente autorizados por ele. Isso não significa, porém, que há livre arbítrio dos Estados e Municípios para a fixação delas, já que outras garantias e

princípios constitucionais devem ser obedecidos – como é o caso da capacidade contributiva, proibição de utilização de tributo com efeito de confisco, entre outros.

A uniformização das taxas judiciárias no país é um objetivo visado pelo CNJ. Para tanto, a organização de normas gerais necessariamente terá de estar de acordo com o inc. II do art. 146, que exige lei complementar para o estabelecimento de normas gerais em matéria tributária. O estabelecimento de limites de alíquotas de tributos, porém, é matéria não passível de ser uniformizada por lei complementar, salvo no caso de autorização Constitucional expressa. No caso da taxa judiciária haveria algumas possibilidades, desde que a lei complementar estabelecesse alíquota ou valor mínimo que refletisse um piso de arrecadação abaixo do qual estaria ferida a própria autonomia do Poder Judiciário, bem como alíquota e valor máximo acima do qual houvesse afronta ao princípio da equivalência ou à garantia de Acesso à Justiça.

BIBLIOGRAFIA

- ALEMANHA. ""Gerichtskostengesetz in Der Fassung Der Bekanntmachung Vom 27. Februar 2014 (BgbI. I S. 154), Das Zuletzt Durch Artikel 4 Des Gesetzes Vom 9. Dezember 2019 (BgbI. I S. 2146) Geändert Worden Ist"." (5/5/2004). https://www.gesetze-im-internet.de/gkg_2004/BJNR071810004.html.
- Almeida, Fernanda Dias Menezes de. "Federação." In *Comentários À Constituição Do Brasil*, edited by José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet and Lenio Luiz Streck, 111-14. São Paulo: Saraiva / Almedina / IDP, 2018.
- Amaro, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2019.
- . *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2017.
- Análise Das Necessidades Habitacionais E Suas Tendências Para Os Próximos Dez Anos*. Fundação Getúlio Vargas / Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (17 de out de 2018 2018). <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>.
- Arbitragem, Comitê Temático de. *Anuário Da Arbitragem No Brasil 2017*. Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (dezembro de 2018). <http://www.cesa.org.br/media/files/CESAAnuariodaArbitragem2017.pdf>.
- Aristóteles. *A Política*. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Ataliba, Geraldo. *Hipótese De Incidência Tributária*. São Paulo: Malheiros, 2014.
- Ávila, Humberto. "As Taxas E Sua Mensuração." *Revista Dialética de Direito Tributário* 204 (setembro 2012): 37-44.
- . "Direitos Fundamentais Dos Contribuintes E Os Obstáculos À Sua Efetivação." In *Princípios De Direito Financeiro E Tributário*, edited by Heleno Taveira Torres, 345-61. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- . *Sistema Constitucional Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- . *Teoria Da Igualdade Tributária*. São Paulo: Malheiros, 2015.
- Badami, Neela. "Shifting Sands and Pyrrhic Victories - the Case of India." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 170-76. New York: Springer, 2012.
- Baleeiro, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense ; Gen, 2013.
- Barros, Breno, Bruna Veríssimo, Lorena Senra, and Stella de Souza Ribeiro de Araújo. In *Diálogos Constitucionais E as Relações Entre Os Poderes: Vi Fórum Dos Grupos De Pesquisa Em Direito Constitucional E Teoria Do Direito*, edited by Siddharta; Vieira Legale, José; Camargo, Margarida; do Valle, Vanice; Gouvêa, Carina; Santos, Fabiana, n.p. (Edição Kindle, posição 3148-491): Freitas Bastos.
- Barroso, Luís Roberto. *Curso De Direito Constitucional Contemporâneo: Os Conceitos Fundamentais E a Construção Do Novo Modelo*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

- . "Judicialização, Ativismo Judicial E Legitimidade Democrática." *[Syn]Thesis* 5 (2012): 23-32. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/viewFile/7433/5388>.
- Bell, John. *Judiciaries within Europe* Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2006.
- . *Judiciaries within Europe*. Cambridge Studies in International and Comparative Law. Cambridge University Press, 2006.
- Benvenuti, Simone, and Davide Paris. "Judicial Self-Government in Italy: Merits, Limits and the Reality of an Export Model." *German Law Journal* 19, no. 7 (2018): 1641-70. <https://doi.org/10.1017/s2071832200023191>. <https://dx.doi.org/10.1017/S2071832200023191>.
- Billier, Jean-Cassien, and Aglaé Maryioli. *História Da Filosofia Do Direito*. Traduzido por Maurício de Andrade. Barueri, SP, Brasil: Manole, 2005.
- Birk, Dieter, Marc Desens, and Henning Tappe. *Steuernrecht*. 22^a ed. Heidelberg: C.F. Müller, 2019.
- Borges, José Souto Maior. "Contribuições - Caráter Tributário." *Revista de Direito Tributário* n° 34, 1998, 116/45.
- BRASIL. "Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988." 3 de julho de 2019 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- . "Constituição Política Do Imperio Do Brazil De 25 De Março De 1824." 1824. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.
- . "Lei 9.307, De 23 De Setembro De 1996. Institui a Arbitragem." 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm.
- . "Lei 11.346, De 15 De Setembro De 2006 - Cria O Sistema Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional - Sisan." 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.
- . "Lei Dos Juizados Especiais Cíveis E Criminais." In *LEI N° 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995*, 1995. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm.
- . "Lei N° 10.406/2002 De 10 De Janeiro - Código Civil." 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm.
- Bussamara, Walter Alexandre. *Taxas - Limites Constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2003.
- Caliendo, Paulo. "Comentários Ao Art. 168." In *Comentários À Constituição Do Brasil*, edited by José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet and Lenio Luiz Streck, 1875-76. São Paulo: Saraiva / Amedina / IDP, 2018.
- "Calculadora E Tabela De Despesas." 2019, acessado em 20 de nov, 2019, <https://ccbc.org.br/cam-cbc-centro-arbitragem-mediacao/resolucao-de-disputas/arbitragem/tabela-despesas-calculadora-2019/>.
- Carvalho, Paulo de Barros. *Curso De Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- . *Curso De Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2019.
- Cayrol, Nicolas. "La Répartition Des Frais En Procédure Civile Française." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 137-50. New York: Springer, 2012.

- Chiovenda, Giuseppe. *Instituições De Direito Processual Civil*. Traduzido por Paolo Capitanio. Vol. I, Campinas: Bookseller, 1998.
- Coêlho, Sacha Calmon Navarro. *Curso De Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico Das Custas Processuais Praticadas Nos Tribunais*. Conselho Nacional de Justiça (Brasília: 2019). https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/11/relatorio_custas_processuais2019.pdf.
- "Judiciário Aprova 12 Metas Nacionais Para 2020." 2019, <https://www.cnj.jus.br/judiciario-aprova-12-metas-nacionais-para-2020/>.
- Conselho Nacional de Justiça. *Justiça Em Números 2019*. (Brasília: 2019). https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf.
- "Painel Do Justiça Em Números." 2019, acessado em 29/10, 2019, https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&shee-t=shResumoDespFT.
- Conselho Nacional de Justiça. "Parâmetros Para Cobrança De Custos E Despesas Pessoais (Cnj) - Procedimento De Comissão Nº 0000788-24.2012.2.00.0000 (Relator Conselheiro Jeferson Kravchychyn)." *RDA - Revista de Direito Administrativo* 269 (maio/ago. 2015 2010): 365-73. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/57606>.
- . "Portaria Nº 232 De 20/12/2010. Institui Grupo De Trabalho Para Elaborar Estudos E Apresentar Propostas De Medidas Relativas Ao Regime De Cobrança De Custas No Poder Judiciário." Brasília, 2010. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/246>.
- Conselho Nacional de Justiça (Presidência). "Portaria Nº 71 De 09/05/2019. Institui Grupo De Trabalho Para Diagnosticar, Avaliar E Propor Ao Conselho Nacional De Justiça Políticas Judiciárias E Propostas De Melhoria Aos Regimes De Custas, Taxas E Despesas Judiciais." Brasília, 2019. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/246>.
- Conti, José Maurício. *A Autonomia Financeira Do Poder Judiciário*. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2019.
- . "Planejamento Estratégico Do Poder Judiciário." In *Poder Judiciário: Orçamento, Gestão E Políticas Públicas – Volume 1* edited by José Maurício Conti, n.p. (Edição Kindle). São Paulo: Almedina, 2017.
- Cornford, Tom. "The Meaning of Access to Justice." In *Access to Justice*, edited by Ellie Palmer; Tom Cornford; Audrey Guinchard; Yeseult Marique. Oxford e Portland: Hart Publishing, 2016.
- Council of Europe European Commission for the efficiency of justice (CEPEJ). "Cepej - Question Explorer V5.0 En." (2019). https://public.tableau.com/profile/cepej#!/vizhome/CEPEJ-Questionexplorerv5_0EN/QuestionExplorer.
- . "Evaluation of the Judicial Systems (2016-2018 Cycle) - France." (2018). <https://rm.coe.int/france/16808d025f>.
- . "Evaluation of the Judicial Systems (2016-2018 Cycle) - Germany." (2018). <https://rm.coe.int/germany/16808d0261>.
- . "Evaluation of the Judicial Systems (2016-2018 Cycle) - Sweden." (2018). <https://rm.coe.int/sweden/16808de308>.

- Cunha, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- Cunha Filho, Alexandre Jorge Carneiro. *Poder De Polícia*. Ribeirão Preto: IELD, 2014.
- "Déclaration Des Droits De L'homme Et Du Citoyen De 1789." *Legifrance*. <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Constitution/Declaration-des-Droits-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>.
- Del Vecchio, Giorgio. *História Da Filosofia Do Direito*. Traduzido por João Baptista da Silva. Belo Horizonte: Líder, 2006.
- Demolin, Brulard, and Barthelemy. *Study on the Transparency of Costs of Civil Judicial Proceedings in the European Union*. Commission Européenne - DG for Justice, Freedom and Security (2007). https://e-justice.europa.eu/content_costs_of_proceedings-37-en.do.
- Deputados, Câmara dos. "Voto Da Relatora Da Comissão Especial Para a Proposta De Emenda À Constituição Nº 96-a, De 1992." dezembro 14 1999. <https://guiadamonografia.com.br/como-fazer-citacao-de-lei/>.
- Dias de Souza, Hamilton, and Marco Aurelio Greco. "Natureza Jurídica Das Custas Judiciais." In *A Natureza Jurídica Das Custas Judiciais*, 37-128. São Paulo: Resenha Tributária - OAB Seção de São Paulo, 1982.
- Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições De Direito Processual Civil*. Vol. II, São Paulo: Malheiros, 2017.
- . *Instituições De Direito Processual Civil*. Vol. I, São Paulo: Malheiros, 2017.
- Espanña, Tribunal Constitucional de. "Sentencia 20/2012, De 16 De Febrero." *BOE núm. 61, de 12 de marzo de 2012* (2012). <http://hj.tribunalconstitucional.es/HJ/es-ES/Resolucion/Show/SENTENCIA/2012/20>.
- . "Sentencia 140/2016, De 21 De Julio." *BOE núm. 196, de 15 de agosto de 2016* (2016). <http://hj.tribunalconstitucional.es/HJ/es-ES/Resolucion/Show/SENTENCIA/2012/20>.
- . "Sentencia 185/1995 (Boe Núm. 11. Suplemento, Viernes 12 Enero 1996)." (dezembro 14 1995). [https://doi.org/Sentença/185/1995;Recurso de inconstitucionalidad 1.405/1989](https://doi.org/Sentença/185/1995;Recurso%20de%20inconstitucionalidad%201.405/1989).
- Espanha. "Decreto 1035/1959, De 18 De Junio, Por El Que Se Convalida Y Regula La Exaccion De Tasas Judiciales." «BOE» núm. 148, de 22 de junio de 1959, página 8855 (1 pág.), 1959. <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1959/148/A08855-08873.pdf>.
- . "Ley 10/2012, De 20 De Noviembre, Por La Que Se Regulan Determinadas Tasas En El Ámbito De La Administración De Justicia Y Del Instituto Nacional De Toxicología Y Ciencias Forenses." «BOE» núm. 280, de 21/11/2012., 2012. <https://www.boe.es/eli/es/l/2012/11/20/10/con>.
- . "Ley 25/1986, De 24 De Diciembre, De Supresión De Las Tasas Judiciales." «BOE» núm. 313, de 31 de diciembre de 1986, páginas 42461 a 42461 (1 pág.), 1986. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1986-33874>.
- . "Ley 53/2002, De 30 De Diciembre, De Medidas Fiscales, Administrativas Y Del Orden Social." «BOE» núm. 313, de 31 de diciembre de 2002, páginas 46086 a 46191 (106 págs.), 2002. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2002-25412>.
- . "Real Decreto-Ley 1/2015, De 27 De Febrero, De Mecanismo De Segunda Oportunidad, Reducción De Carga Financiera Y Otras Medidas De Orden Social." «BOE» núm. 47, de 23

- de febrero de 2013, páginas 15205 a 15218 (14 págs.), 2015. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2015-2109#a11>.
- . "Real Decreto-Ley 3/2013, De 22 De Febrero, Por El Que Se Modifica El Régimen De Las Tasas En El Ámbito De La Administración De Justicia Y El Sistema De Asistencia Jurídica Gratuita." «BOE» núm. 47, de 23 de febrero de 2013, páginas 15205 a 15218 (14 págs.), 2013. <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2013-2029>.
- "European E-Justice Portal." 2019, acessado em 1/12/2019, 2019, https://e-justice.europa.eu/content_costs_of_proceedings-37-se-en.do?member=1.
- Ferraz, Roberto Catalano Botelho. *O Conceito De Taxa No Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo, 1998.
- Fischer, Talia, and Issi Rosen-Zvi. "It's for the Judges to Decide: Allocation of Trial Costs in Israel Report on Israel." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 177-84. New York: Springer, 2012.
- Foco, Congresso em. "Câmara "Devolve" Mandato a 173 Cassados Pela Ditadura; Veja a Lista." news release, 20/12/2012, <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/camara-%E2%80%9Cdevolve%E2%80%9D-mandato-a-173-cassados-pela-ditadura-veja-a-lista/>.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro De Segurança Pública*. (São Paulo: 2018). <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>.
- França. "Loi N° 77-1468 Du 30 Décembre 1977 Instaurant La Gratuité Des Actes De Justice Devant Les Juridictions Civiles Et Administratives." In *Loi n° 77-1468 du 30 décembre 1977*. Paris, 1977.
- Franco, Antonio L. de Sousa. *Finanças Públicas E Direito Financeiro*. Coimbra: Almedina, 1992.
- Garcia, Plínio Gustavo Prado. *Taxa Ou Preço Público? (a Defesa Do Consumidor)*. São Paulo, São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1985.
- Giannini, A. D. *Istituzioni Di Diritto Tributario*. Milano: Dott. A. Giuffré, 1974.
- . *Istituzioni Di Diritto Tributario*. Milano: Dott. A. Giuffré, 1974.
- Greenlaw, Steven A., David Shapiro, and Timothy Taylor. *Principles of Microeconomics for AP Courses*. 2ª ed. Houston: OpenStax, 2017.
- Hamilton, Alexander. *Federalist No 78*. New York: Yale Law School : Lillian Goldman Law Library : The Avalon Project, 1788.
- Hart, Herbert L. A. *O Conceito De Direito*. Traduzido por A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- Hedtkamp, Günter. "Krise Der Steurstaats." In *Staatsfinanzierung Im Wandel*, 11-31. Berlin: Duncker und Humblot, 1983.
- Héron, Jacques, and Thierry Le Bars. *Droit Judiciaire Privé*. 6ª ed. Issy les Moulineaux: Lextenso, 2015.
- Hodges, Christopher, Stefan Vogenauer, and Magdalena Tulibacka. *The Costs and Funding of Civil Litigation : A Comparative Perspective*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2010.

- Holmes, Stephen, and Cass R. Sunstein. *O Custo Dos Direitos: Por Que a Liberdade Depende Dos Impostos*. Traduzido por Marcelo Brandão Cipolla. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. The Cost of Rights: why liberty depends on taxes (1999).
- Houaiss. "Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa (Versão Eletrônica)." In *Universo On Line*, 2012. <http://houaiss.uol.com.br/>.
- Hurdik, Jan. "The Double Face of Cost and Fee Allocation in the Czech Republic." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 108-16. New York: Springer, 2012.
- India, Supreme Court of. "The Secretary to Government of Madras Vs P.R. Sriramulu & Anr on 22 November, 1995." *Uddin, Faizan* (2019). <https://indiankanoon.org/doc/1743364/>.
- Isensee, Josef. "Der Staat Hat Nichts Zu Verschenken." *Heidelberger Beiträge zum Finanz-und Steuerrecht* 3 (2016). <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/hfst/article/download/33523/27205>.
- . "Nichtsteuerliche Abgaben - Ein Wesser Fleck in Der Finanzverfassung." In *Staatsfinanzierung Im Wandel*. Berlin: Duncker und Humblot, 1983.
- Iverström, Frederick. *Anex 49 of "Study on the Transparency of Costs of Civil Judicial Proceedings in the European Union"*. Comission Europeenne - DG for Justice, Freedom and Security (2007). https://e-justice.europa.eu/content_costs_of_proceedings-37-en.do.
- Jackson, Vicki C. "Judicial Independence: Structure, Context, Attitude." In *Judicial Independence in Transition*, edited by Anja Seibert-Fohr, Lydia Friederike Müller, Dominik Zimmermann, Eva Katinka Schmidt and Saskia Klatte, 19-86. Heidelberg; New York; Dordrecht; London: Springer, 2012.
- Julien, Pierre, and Natalie Fricero. *Droit Judiciaire Privé*. Paris: Lextenso, 2009.
- Kahn, Siegmund Ulrich. "As Capitánias Hereditárias, O Governo Geral, O Estado Do Brasil - Adminsitração E Direito Quinhentistas." *Revista de Ciência Política* 6, n. 2 (abril de 1972 1972): 53-114. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59197/57639>.
- Kelsen, Hans. *O Que É Justiça? : A Justica, O Direito E a Política No Espelho Da Ciência*. Traduzido por Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- . *Teoria Pura Do Direito*. Traduzido por J. Cretella Jr.; Agnes Cretella. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- Kingdom, Supreme Court of United. "R (on the Application of Unison) (Appellant) V Lord Chancellor (Respondent)." (26 de julho de 2017 2017).
- Kirchhof, Paul. "Staatliche Einnahmen." In *Handbuch Des Staatsrechts Der Bundesrepublik Deutschland*, edited by Paul Kirchhof, 168-79. Heidelberg: C.F.Müller, 1990.
- Kumar, Anupama. "Court Fees in India : When Justice Comes at a Heavy Price." *Law Breaking News* (2019-06-17 2019). <https://www.lawbreakingnews.com/2019/06/court-fees-in-india-when-justice-comes-at-a-heavy-price/>.
- Lamarque, Jean, Olivier Négrin, and Ludovic Ayrault. *Droit Fiscal Général*. Paris: LexisNexis, 2014.
- Landín, Manuel Gerpe, and Miguel Ángel Cabellos Espiérrez. "La Reforma Permanente: El Consejo General Del Poder Judicial a La Búsqueda De Un Modelo." *Revista Española de Derecho Constitucional* 103 (2015): 13-44. <http://www.jstor.org/stable/24887401>.

- Law Commission of India. *Report N° 220 : Need to Fix Maximum Chargeable Court-Fees in Subordinate Civil Courts*. Government of India (New Delhi: 2009). <http://lawcommissionofindia.nic.in/reports/report220.pdf>.
- Lessa, Donovan Mazza. "Critérios De Distinção Entre Taxa E Preço Público: A Esquina Do Direito Tributário." In *Finanças Públicas, Tributação E Desenvolvimento*, edited by Carlos Eduardo Guerra de Moraes, 409/34. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.
- , acessado em 31 de dezembro, 2019, <https://www.mpl.org.br/>.
- Luart, Roland du. "La Mise En Oeuvre De La Lolf." (2005). Acessado em 18/6/2018. <https://www.senat.fr/rap/r04-478/r04-478.htm>.
- Luca, Alessandra De. "Italy: A Tale of Successfull Resistance?". In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann (ed.), 185-94. New York: Springer, 2012.
- Lupi, Raffaello. *Diritto Tributario*. Milão: Giuffrè, 1996.
- Lynch, Christian Edward Cyril. "A Primeira Encruzilhada Da Democracia Brasileira: Os Casos De Rui Barbosa E De Joaquim Nabuco." [In pt]. Artigos. *Revista de Sociologia e Política* 16 (ago. 2008 2008): 113-25. <https://doi.org/https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28194>. <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/28194/18720>.
- Machado, Brandão. "São Tributos as Contribuições Sociais?" *Direito Tributário Atual* 7/8, 1987, 1815/72.
- Makridou, Kalliopi. "Lawyers' Fees in Greece at a Turning Point: Recent Legislative Changes in Litigation Costs." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 163-70. New York: Springer, 2012.
- Martins, Ives Gandra da Silva. "Taxa Judiciária." In *Grandes Questões Atuais Do Direito Tributário N° 19*, 198-219. São Paulo: Dialética, 2015.
- Mendes, Gilmar Ferreira. "Comentários Ao Art. 92." In *Comentários À Constituição Do Brasil*, edited by José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet and Lenio Luiz Streck, 1412-17. São Paulo: Saraiva / Amedina / IDP, 2018.
- Mendes, Marcos. "A Política De Pessoal Do Governo Federal." In *Finanças Públicas - Da Contabilidade Criativa Ao Resgate Da Credibilidade*, edited by Felipe Salto; Mansueto Almeida. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MIGALHAS. "Piauí, Paraíba E Maranhão Têm as Custas Judiciais Mais Caras Do País." *Migalhas* (5 de dezembro de 2019 2019). <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI316382,51045-Piaui+Paraiba+e+Maranhao+tem+as+custas+judiciais+mais+caras+do+pais>.
- Möllers, Christoph. *The Three Branches: A Comparative Model of Separation of Powers*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Montesquieu, Charles-Louis de Secondat. "L'esprit Des Lois." In *Montesquieu : Oeuvres Complètes Annotées Et Illustrées + Annexes* Arvensa Éditions, 1748.
- Mora, Marcelo, and Julia Basso Viana. "Protesto Contra Tarifa Tem Confronto, Depredações E Presos Em Sp." *Globo.com*, 2013. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>.
- Moraes, Bernardo Ribeiro de. *Doutrina E Prática Das Taxas*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

- Motta, Fabrício, and Heloísa Helena Antonavio M. Godinho. "Administração Pública E Poder Judiciário: Eficiência Do Gasto Público E Modernização Da Gestão." In *Poder Judiciário: Orçamento, Gestão E Políticas Públicas – Volume 1* edited by José Maurício Conti, n.p. (Edição Kindle). São Paulo: Almedina, 2017.
- Novelli, Flávio Bauer. "Apontamento Sobre O Conceito Jurídico De Taxa." *Revista de Direito Administrativo*, julho/setembro, 1992, 1-38.
- "Tax - Oecd." OECD, 2019, acessado em 28 de nov., 2019, <https://www.oecd.org/tax/>.
- Oliveira, Germano. "O Protagonismo Do Congresso Em 2020." *IstoÉ*, 30/12/2019, 2019. <https://istoe.com.br/o-protagonismo-do-congresso-em-2020/>.
- Oliveira, Regis Fernandes. *Curso De Direito Financeiro*. São Paulo: Malheiros, 2019.
- Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), Michelle Harding, Nicolás Miranda, and Michael Sharratt. *Revenue Statistics 2019*. (2019).
- Pascual, Gabriel Doménech. "Las Tasas Judiciales a Juicio." *InDret Revista para el Análisis del Derecho* 1/2017 (2017). <https://www.raco.cat/index.php/InDret/article/viewFile/318375/408509>.
- Paulo, Estado de São. "Lei Nº 13.296, De 23 De Dezembro De 2008 - Estabelece O Tratamento Tributário Do Imposto Sobre a Propriedade De Veículos Automotores - Ipva." (23 de dez de 2008). <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-13296-23.12.2008.html>.
- Paulsen, Leandro. *Curso De Direito Tributário*. 11ª ed.: Saraiva, 2020.
- Perelman, Chaïm. *Ética E Direito*. Traduzido por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Pietro, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- Pimentel, Wilson. "Acesso Responsável À Justiça: O Impacto Dos Custos Na Decisão De Litigar." Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, 2017. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/21988>.
- Pnad Contínua: Abastecimento De Água Aumenta No Centro-Oeste Em 2018, Mas Se Mantém Abaixo Do Patamar De 2016*. 2019.
- "Patent Litigation 2019, Costs, Calculation of Court Fees." 2019, acessado em 8/9/2019, 2019, <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/comparison/391/2389-2385-2384-2391-2392/4770-4777-4779-4775>.
- Receita Federal. *Carga Tributário No Brasil 2017 - Análise Por Tributos E Bases De Incidência*. Brasília, 2018.
- Reimann, Mathias. "Cost and Fee Allocation in Civil Procedure: A Synthesis." Chap. 1 In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 3-56. New York: Springer, 2012.
- Rocha, Valdir de Oliveira. "Contribuições Sociais." *Cadernos de Pesquisas Tributárias nº 17*, 1992, 303.
- Rosado Iglesias, Gema. "La Constitucionalización Del Gobierno Judicial: Cuarenta Años De Consejo General Del Poder Judicial, Régimen Actual Y Cuestiones Pendientes // the Reception of the Judiciary Government in the Spanish Constitution: Forty Years About the

- General Council Of." *Revista de Derecho Político* 1, no. 101 (2018): 353.
<https://doi.org/10.5944/rdp.101.2018.21965>.
<https://dx.doi.org/10.5944/rdp.101.2018.21965>.
- Rosen, Harvey S., and Ted Gayer. *Finanças Públicas*. Traduzido por Rodrigo Dubal. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. Public Finance, 10th Edition.
- Sacchetto, Claudio. "O Dever De Solidariedade No Direito Tributário: O Ordenamento Italiano." Traduzido por Milene Eugênio Cavalcante Greco and Marco Aurelio Greco. In *Solidariedade Social E Tributação*, 9-52. São Paulo: Dialética, 2005.
- Safe Cities Index 2019 Whitepaper - Safe Cities 2019*. The Economist (2019-08-16 2019).
<https://safecities.economist.com/safe-cities-index-2019/>.
- Samoy, Ilse, and Vincent Sagaert. "'Everything Costs Its Own Cost, and One of Our Best Virtues Is a Just Desire to Pay It.'" an Analysis of Belgian Law." In *Cost and Fee Allocation in Civil Procedure*, edited by Mathias Reimann, 78-88. New York: Springer, 2012.
- Sarlet, Ingo Wolfgang, and Rodrigo Brandão. "Art. 60." In *Comentários À Constituição Do Brasil*, edited by José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet and Lenio Luiz Streck. São Paulo: Saraiva / Almedina / IDP, 2018.
- Sarlet, Ingo Wolfgang, Daniel Mitidiero, and Luiz Guilherme Marinoni. *Curso De Direito Constitucional*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- Sarmiento, Daniel. "Art. 5º, V." In *Comentários À Constituição Do Brasil*, edited by Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet, José Joaquim Gomes Canotilho and Lenio Luiz Streck. São Paulo: Saraiva; Almedina; IDP, 2018.
- Schoueri, Luís Eduardo. *Direito Tributário*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- . *Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- . *Normas Tributárias Indutoras E Intervenção Econômica*. São Paulo: Forense, 2005.
- Senado, Rádio. "Senado Devolve Mandato De Oito Senadores Cassados Na Ditadura Militar." news release, 20/12/2012, <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/senado-devolve-mandato-de-oito-senadores-cassados-na-ditadura-militar>.
- Silva, José Afonso da. *Curso De Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2018.
- Sinopse Estatística Da Educação Básica*. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.
- SPC, and CNDL. "70% Dos Brasileiros Não Possuem Plano De Saúde Paricular, Mostram Spc Brasil E Cndl." 2019, no. 2 de nov (2018). <http://site.cndl.org.br/70-dos-brasileiros-nao-possuem-plano-de-saude-particular-mostram-spc-brasil-e-cndl/>.
- STF. "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 800/Rs, Relator Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, Julgado Em 11/06/2014." (2014).
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6274991>.
- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 2655/Mt, Relatora Min Ellen Gracie, Tribunal Pleno, Julgado Em 09/10/2003." (2003).
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266876>.

- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 2696/Pr, Relator Min Dias Toffoli, Tribunal Pleno, Julgado Em 15/12/2016." (2016). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12554296>.
- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 3111/Rj, Relator Min Alexandre De Moraes, Tribunal Pleno, Julgado Em 30/06/2017." (2017). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13308178>.
- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 3151, Relator Min. Carlos Britto, Tribunal Pleno, Julgado Em 08/06/2005." (2005). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363325>.
- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 3643/Rj Relator Min Carlos Britto, Tribunal Pleno, Julgado Em 08/11/2006." (2006). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=406334>.
- . "Ação De Declaração De Inconstitucionalidade 3826/Go Relator Min Eros Grau, Tribunal Pleno, Julgado Em 12/05/2010." (2010). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=613539>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 2.211/Am, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, Julgado Em 20/09/2019." (2019). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751060053>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 2.653/Mt, Relator Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, Julgado Em 08/10/2003." (2003). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266875>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 948/Go, Relator Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, Julgado Em 09/11/1995." (1995). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266593>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 2551/Mg, Relator Min. Celso De Mello, Tribunal Pleno, Julgado Em 02/04/2003." (2003). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266148>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 3028/Rn, Relator Min Marco Aurélio, Relator Min Ayres Britto, Tribunal Pleno, Julgado Em 26/05/2010." (2010). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612759>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 3401/Sp, Relator Min Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, Julgado Em 26/04/2006." 2006. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=408094>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 5720/Ba, Relator Min. Alexandre De Moraes, Tribunal Pleno, Julgado Em 20/09/2019." (2019). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=751044405>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade : Adi 1.624 Mg. Relator Ministro Carlos Veloso. Dj: 13/6/2003." In *Supremo Tribunal Federal*, 2003. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266705>.
- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade : Adi 4174 Pr. Relator: Ministro Luiz Fux. Julgamento: 4/10/2019." In *Supremo Tribunal Federal*, 2014. <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000285447&base=bas eAcordaos>.

- . "Ação Direta De Inconstitucionalidade 3.694/Ap, Relator Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, Julgado Em 20/09/2006." (2006). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=389976>.
- . "Adi 1942, Relator(a): Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, Julgado Em 18/12/2015, Acórdão Eletrônico Dje-027 Divulg 12-02-2016 Public 15-02-2016." (1995).
- . "Adi 3367, Relator Min. Cezar Peluso, Julgado Em 13/04/2005, Dj 17-03-2006 ", 14/10/2019 2004. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363371>.
- . "Adi 5275/Ce, Relator Min. Alexandre De Moraes, Julgado Em 11/10/2018, Dje-230 26-10-2018 ", Supremo Tribunal Federal (Pleno), 11/10/2018 2018. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748531093>.
- . "Agravo Regimental No Agravo De Instrumento 531.529/Rs, Relator Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, Julgado Em 06/04/2010." (abril 6 2010). <https://doi.org/AI531529AgR/RS>.
- . "Are 985264 Agr, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, Julgado Em 09/12/2016." (dezembro 9 2016). <https://doi.org/ARE985264AgR/PB>.
- . "Embargos De Declaração No Agravo De Instrumento 309.883/Sp, Relator Min. Moreira Alves, Primeira Turma, Julgado Em 14/05/2002." (2002). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=45145>.
- . "Embargos De Declaração No Recurso Extraordinário 249.003/Rs, Relator Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, Julgado Em 09/12/2015." (2015). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10923918>.
- . "Mandado De Segurança 21450, Relator Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, Julgado Em 08/04/1992." (1992). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85527>.
- . "Medida Cautelar Em Ação Direta De Inconstitucionalidade 1.444/Pr, Relator Min. Sydney Sanches, Tribunal Pleno, Julgado Em 26/02/1997." (1997). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347062>.
- . "Medida Cautelar Em Ação Direta De Inconstitucionalidade 1.772/Mg, Relator Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, Julgado Em 15/04/1998." (1998). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347258>.
- . "Medida Cautelar Na Ação Direta De Inconstitucionalidade 1.378/Es, Relator Min. Celso De Mello, Tribunal Pleno, Julgado Em 30/11/1995." (1997). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347013>.
- . "Re 576.189/Rs, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, Julgado Em 22/04/2009." (abril 22 2009). <https://doi.org/Re576189/rs>.
- . "Re 54491, Relator(a): Min. Hermes Lima, Segunda Turma, Julgado Em 15/10/1963." (março 5 1963). <https://doi.org/Re54491/pe>.
- . "Re 737217 Agr, Relator(a): Min. Rosa Weber, Primeira Turma, Julgado Em 25/02/2014." (fevereiro 25 2014). <https://doi.org/RE737217AgR/SP>.
- . "Re 982415 Agr, Relator Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, Julgado Em 11/11/2016, Dje-263 Divulg 09-12-2016 Public 12-12-2016." (novembro 11 2016).

- . "Recurso Extraordinário 100.790/Sp, Relator Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, Julgado Em 15/08/1984." (agosto 15 1984).
- . "Recurso Extraordinário 116.208/Mg, Relator(a): Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, Julgado Em 20/04/1990." (1990). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=206200>.
- . "Recurso Extraordinário 556.854/Am, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, Julgado Em 30/06/2011." (junho 30 2011). <https://doi.org/Re 556854/am>.
- . "Recurso Extraordinário 594.116/Sp, Relator Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, Julgado Em 03/12/2015." (2015). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10658268>.
- . "Recurso Extraordinário 9294/Sp, Relator Min. Afrânio Costa - Convocado, Segunda Turma, Julgado Em 14/11/1952." (1952). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=116555>.
- . "Recurso Extraordinário 54194, Relator Min. Hermes Lima, Tribunal Pleno, Julgado Em 25/03/1965." (março 25 1965). <https://doi.org/Re 54194>.
- . "Recurso Extraordinário 54491, Relator Min. Hermes Lima, Segunda Turma, Julgado Em 15/10/1963." (maio 3 1965).
- . "Recurso Extraordinário 54996, Relator Min. Barros Monteiro, Primeira Turma, Julgado Em 27/05/1968." (maio 27 1968).
- . "Recurso Extraordinário 594116, Relator Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, Julgado Em 03/12/2015." (dezembro 3 2015). <https://doi.org/Re 594116>.
- . "Recurso Extraordinário 838284, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, Julgado Em 19/10/2016." (outubro 19 2016).
- . "Representação 1.077 Rj. Relator Ministro Moreira Alves. Dj 28/9/1984." (1984). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263851>.
- . "Representação 1.077/Rj. Relator Ministro Moreira Alves. Dj 28/9/1984." (1984). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263851>.
- . "Representação 1.094/Sp. Relator Ministro Soares Muñoz. Julgado Em 8/8/1984." (1984). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263868>.
- . "Representação 891, Relator Min. Djaci Falcão, Tribunal Pleno, Julgado Em 13/06/1973." (1973). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263668>.
- . "Representação 997, Relator Min. Rafael Mayer, Tribunal Pleno, Julgado Em 06/05/1981." (1981). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263772>.
- . "Representação 1139/Ba, Relator Min. Alfredo Buzaid, Relator P/ Acórdão: Min. Néri Da Silveira, Tribunal Pleno, Julgado Em 09/04/1986." (1986). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263868>.
- . "Representação 1295/Rs, Relator Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, Julgado Em 09/09/1987." (1987). <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263868>.

- . "Representação 1323, Relator Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, Julgado Em 24/08/1988." (1988).
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=263868>.
- Straburzynski, Patrick. *Sas Gesundheitssystem: Ein Grober Überblick Mit Aktuellem Themenbezug*. Grin, 2013.
- Suhr, Dieter. "Fernsprechgebühren - Luxusabgaben Auf Die Daisensvosorge?". *Der Betrieb* 15 (1968): 611-13.
- "Súmulas." In *Supremo Tribunal Federal*.
http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaSumula/anexo/Enunciados_Sumulas_STF_1_a_736_Completo.pdf.
- Systèmes Judiciaires Européens : Efficacité Et Qualité De La Justice : Les Etudes De La Cepej N° 23*. 2016.
- Tappe, Henning, and Rainer Wernsmann. *Öffentliches Finanzrecht*. 2^a ed. Heidelberg: C. F. Müller, 2019.
- Tavares, André Ramos. *Manual Do Poder Judiciário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- TJSP. "Remessa Necessária Cível 1000365-81.2017.8.26.0506; Relator Antonio Carlos Malheiros; Órgão Julgador: 3^a Câmara De Direito Público; Data Do Julgamento: 09/01/2020." In *Tribunal de Justiça de São Paulo*, 11 de jan de 2020 2020.
<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do>.
- Torres, Júnio Malta. *Imposto E Taxa*. São Paulo: LTR Editora, 1972.
- Verli, Fabiano. *Taxas E Preços Públicos: Prestações Coativas De Direito Público*. São Paulo: RT, 2005.
- Vile, Maurice J. C. *Constitutionalism and the Separation of Powers*. 2^a ed. Indianapolis: Liberty Fund, 1998.
- Wheeler, Russel. "Judicial Independence in United States of America." In *Judicial Independence in Transition*, edited by Anja Seibert Fohr; Lydia Friederike Müller; Dominik Zimmermann; Eva Katinka Schimdt; Saskia Klatte. Heidelberg/New York/Dordrecht/London: Springer, 2012.
- Wilke, Dieter. *Gebührenrecht Und Grudengesetz*. München: Beck, 1973.
- Wittreck, Fabian. "German Judicial Self-Government — Institutions and Constraints." *German Law Journal* 19, 7 (2018): 1931-50. <https://doi.org/doi:10.1017/S2071832200023282>.
<https://www.cambridge.org/core/journals/german-law-journal/article/german-judicial-selfgovernment-institutions-and-constraints/6C0EDAD79794CC792C5E7D34DFA14CD1>.